

FH só negocia dívidas 'caso a caso'

Público

Josemar Gonçalves — Brasília

■ Presidente não reconhece a frente de governadores que exige refinanciamentos

JAILTON DE CARVALHO

Agência JB

BRASÍLIA — Depois de dizer que não aceita "pressões" e criticar a "choramingueira" por verbas, o presidente Fernando Henrique Cardoso resolveu jogar uma pá de cal sobre os governadores, que querem a renegociação das dívidas dos estados com a União. O presidente deixou claro que as negociações serão feitas individualmente, e não em bloco. Os estados que já estão fazendo seus ajustes financeiros receberão tratamento prioritário do governo federal.

"Os casos são diferentes", justificou Fernando Henrique, após a cerimônia da troca da guarda, em frente à rampa do Palácio do Planalto. O presidente disse que está disposto a receber os governadores a qualquer momento para tratar do assunto. Mas, as audiências seriam com cada governador e não por meio do comando da frente. "Em conjunto não precisa, é caso a caso", avisou.

Algumas horas antes, numa reunião com o governador do Espírito Santo, Vitor Buaiz, Fernando Henrique já havia manifestado a posição. "Não adianta querer regras gerais para a solução das dívidas dos estados. Os casos terão que ser negociados um a um", afirmou o presidente, conforme relato de um dos participantes do encontro.

Para Fernando Henrique, é essencial que os governadores estejam implementando as reformas necessárias ao equilíbrio das contas estaduais. "Quem não estiver fazendo ajuste, não adianta levar dinheiro. O dinheiro é do povo e não meu", argumentou, depois de prometer "exclusividade" aos estados que já estejam adotando medidas de controle de gastos.

Fernando Henrique fez questão ainda de reafirmar a autoridade da equipe econômica para continuar à frente do processo de negociação com os governadores. "Estamos fazendo uma negociação bem feita. O Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento estão sendo competentes", endossou.

Reivindicações — A frente de governadores começou a ser formada há menos de um mês, quando, numa reunião em São Paulo, decidiram suspender as negociações com a equipe econômica e tratar diretamente com o presidente. O governador do Distrito Federal, Cristóvam Buarque, foi escolhido o interlocutor do grupo.

Em linhas gerais, os governadores reivindicam o refinanciamento de suas dívidas por um prazo superior a 30 anos. Exigem ainda que o pagamento mensal de parcelas da dívida não comprometa mais do que 6% das receitas estaduais. Em determinado momento, surgiram informações de que, sem um acordo plausível, os governadores negariam apoio à emenda da reeleição.

Irritado com as denúncias de que estaria cogitando favorecer os governadores para conquistar votos pela reeleição, o presidente Fernando Henrique reagiu falando grosso. Em tom de desafio, disse várias vezes que não admitiria "pressões" e que estava cansado da "choramingueira" dos políticos por verbas federais.

Intervenção — Dentro do pacote de refinanciamento das dívidas estaduais proposto pelos governadores, a única exigência que o governo está disposto a atender é a aprovação da emenda constitucional que autoriza o parcelamento das ordens judiciais de pagamentos. A medida dá uma solução para os precatórios, que estão servindo de motivo para 361 pedidos de intervenção nos estados, segundo números divulgados pelo Supremo Tribunal Federal.

"A aprovação da emenda evitará intervenção nos estados e viabilizará os pagamentos", informou o líder do governo no Congresso, José Roberto Arruda (PSDB-DF), que esteve por duas vezes com o presidente da República discutindo o assunto.

Hoje, 15 dos 27 estados tem pedidos de intervenção federal no Supremo Tribunal Federal avaliados em mais de R\$ 10 bilhões. Só São Paulo, é responsável por 90% dos pedidos.



Fernando Henrique Cardoso dá entrevista após cerimônia da troca de guarda no Planalto tendo os Dragões da Independência ao fundo